

ALVIN W. GOULDNER E A TEORIA SOCIAL

André Haguette

Alvin Ward Gouldner (1920-1980) se define antes de tudo como um teórico social e um historiador da teoria social, um "fora-da-lei" ou dissidente e um sociólogo reflexivo. Estes três elementos constituem a originalidade, a força e a relevância de sua obra no contexto atual da produção sociológica e a elevam acima da produção da grande maioria de seus pares contemporâneos. Além do mais, estes elementos conferem à contribuição de Gouldner um interesse que ultrapassa em muito o território americano. Sua difusão no Brasil não significará jamais uma "americanização" de nossa problemática e reflexão sociológicas; poderá significar, sim, uma reavaliação independente, crítica e dialética do pensamento dos clássicos da sociologia e das ciências sociais de modo geral e do significado da teoria social na atividade intelectual dos sociólogos, entendida como atividade total e engajada. A sociologia de Gouldner, que ele próprio define como sociologia reflexiva, "procura a transformação do eu do sociólogo, e, logo, de sua prática no mundo... Ela é uma concepção de como viver e uma práxis total" (1970, p. 495 e 504).

A.W. Gouldner é, lamentavelmente, pouco conhecido no Brasil, fato que torna peculiar esta introdução. Suas obras principais como *Enter Plato, The Coming Crisis of Western Sociology, For Sociology, The Dialectic of Ideology and Technology, The Future of Intellectuals and the Rise of the New Class, The Two Marxisms* não foram traduzidas em português e raramente se encontram em nossas bibliotecas. Esta falha editorial priva os cientistas sociais brasileiros de uma das mais competentes, eruditas e independentes histórias críticas das teorias sociológicas dominantes, modernas e contemporâneas.

A obra de Gouldner, com efeito, não é representativa do tranqüilo paradigma empiricista e positivista que permeia a ciência social americana. Sua sociologia, muito pelo contrário, é combativa e agressiva na medida em que ela se elabora no confronto das sociologias dos outros. Seu ponto de vista e seus trabalhos são nitidamente minoritários, exatamente como foi, nos anos 50, a sociologia de C. Wright Mills. Entre nós, Florestan Fernandes já notou a proximidade da atitude e da postura sociológicas de ambos quando escreveu: "Ambos são dissidentes, no melhor sentido da sociologia crítica produzida nos Estados Unidos; e ambos prolongam a "tradição clássica", na ousadia de manter a liberdade criadora nas cidadelas universitárias".¹

Gouldner não foi um sociólogo de partido político nem de repartições governamentais. Foi rigorosamente um fruto da Academia; foi um *scholar* na Academia. Aí exerceu sua dissidência e rebeldia teóricas. Liberdade criadora, direito de dissidência, audácia crítica, imaginação sociológica, orgulho do fora-da-lei são algumas das características do espírito de Gouldner que determinaram sua originalidade e o tornaram um clássico numa era de profissionais da sociologia, quer nas Universidades quer nas repartições dos Estados de Bem-Estar ou dos Estados de Planificação Centralizada. Seus trabalhos são marcados por um duplo movimento: uma imensa vontade de apreender a teoria social revisitando a tradição, confrontando-se com os seus monstros (con)sagrados presentes e passados; a recusa de ser um repetidor das teorias aceitas, um técnico das ordens estabelecidas, um burocrata dos partidos políticos, quer sejam estas teorias, ordens, partidos de direita, centro ou esquerda. Gouldner, tal como C. W. Mills, quis ser um intelectual na universidade americana e europeia,² um intelectual "cujos interesses são originariamente críticos, emancipatórios, hermenêuticos e, conseqüentemente, políticos" (1979, p. 48). Mas, para além de Mills, é a tradição da "Dialética da libertação" de Sócrates que Gouldner quer reviver dentro da Teoria Social. Pois há uma convicção na obra de Gouldner: a convicção de que a atividade do teórico social é uma libertação pessoal e

1 Florestan Fernandes, *A Natureza Sociológica da Sociologia*, São Paulo, Editora Ática, 1980, p. 64.

2 A.W. Gouldner passou muito de seu tempo de adulto na Europa onde recebeu a maior parte de suas honorarias públicas. De 1972 a 1976 ensinou sociologia na Universidade de Amsterdam, falecendo em Madrid, a 15 de dezembro de 1980.

social, quando se faz reflexiva ou crítica. Daí o título que deu ao livro que coligiu seus melhores ensaios: *For Sociology: Renewal and Critique in Sociology Today*.

1 — A TEORIA COMO CRÍTICA

O principal objeto de estudo de Gouldner tem sido as teorias sociais a partir das quais ele elaborou sua própria sociologia que chamou de Sociologia Reflexiva. É preciso compreender porque o sociólogo decide dedicar sua vida ao estudo das teorias sociais antes de discutir sua sociologia específica. No seu livro *Enter Plato*, ele explica de uma maneira trivial sua paixão pelas teorias sociais. "Alguns cientistas sociais se interessam pelo estudo dos trabalhadores das indústrias; outros estudam os médicos; outros ainda os viciados em droga e as prostitutas. Acontece que sou curioso a respeito das teorias sociais. Elas são, como diziam os antropólogos, 'meu povo'" (p. 170-171). Simples curiosidade? Mas porque consagrar a esta curiosidade tantos esforços e tanto tempo?

De fato, Gouldner não iniciou sua carreira de sociólogo estudando as teorias sociais. Seus primeiros trabalhos versaram sobre *Estudos sobre Preconceito* no ambiente intelectual da escola de Frankfurt e sobre a sociologia da organização e da indústria. Como produto da sua dissertação de doutoramento ele publicou duas monografias gêmeas, hoje clássicas: *Patterns of Industrial Bureaucracy*, (1954) e *Wildcat Strike* (1954). Estas monografias empíricas, todavia, já possuem elementos que irão marcar a reflexão de Gouldner para o resto de sua carreira: a influência da escola sociológica da Universidade de Columbia e, em especial, da sociologia de Robert K. Merton (influência intelectual que Gouldner nunca desmentirá. *Enter Plato* é dedicado a Merton.); a influência dos colegas da Universidade de Buffalo, escola conhecida por sua abertura ao pensamento social europeu e por seu radicalismo filosófico e político onde Gouldner exerceu suas primeiras atividades de ensino (1947-51); o embate intelectual com Max Weber e sua sociologia da burocracia; e, finalmente, a administração do conflito numa fábrica. Como, com efeito, encontrar unidade na diversidade destas influências?

A unidade na diversidade das explicações teóricas parece, aliás, a busca intelectual de toda a obra de Gouldner. Não uma unidade mecânica ou voluntarista, mas uma unidade nascida de dentro de seu próprio pensamento e que faça sentido da mul-

tipicidade. Gouldner como teórico nunca eliminou influências, autores e escolas. Como diz Merton: "De uma maneira característica, ele beneficiou-se (embora) criticando as tendências" sociológicas que encontrou: na Universidade de Columbia, o estruturo-funcionalismo de Merton, a Escola de Frankfurt ao deixar Columbia como estudante, o pensamento de Weber, os Marxismos, o estruturalismo, as teorias críticas.³ Esta unidade dialética, Gouldner acreditou encontrá-la na sociologia reflexiva, entendida como método, teoria e, acima de tudo, maneira de viver.

Na sua análise de Parsons, Gouldner dá importância à organização institucional na qual o pensamento parsoniano se desenvolve e interpreta sua teoria como "produto da organização social característica da vida intelectual desta época e em particular do papel central da Universidade nesta organização social" (1970, p. 170). O mesmo método deve ser aplicado a Gouldner. Talvez não tivesse ele estudado na Universidade de Columbia nos anos 40 não teria se interessado tanto pela teoria social e não teria desenvolvido uma sociologia clássica crítica. Dos três grandes centros irradiadores da sociologia acadêmica nos Estados Unidos dos anos 60, Chicago, Harvard e Columbia, somente Chicago e Columbia estão situados diretamente em complexos metropolitanos, estando, portanto, vinculados à vida de suas cidades. A vida dura de New York Gouldner a conheceu bem, pois nasceu no Harlem e aí completou seus estudos Columbia, ao exemplo de Harvard, mantinha uma ponte com a Europa e desenvolvia uma tradição teórica própria, sob a liderança de Robert K. Merton que introduziu o então universitário Gouldner às obras de Talcott Parsons, John Commons, Max Weber e Sigmund Freud, todos teóricos.

Aí ou alhures Gouldner percebeu que a teoria social não era um objeto qualquer de estudo investido de neutralidade. Era, pelo contrário, um objeto privilegiado pois "de um certo modo, toda teoria é um discreto obituário ou uma celebração de algum sistema social" (1970, p. 47). De fato, a teoria social não se restringe ao presente. "Ser um teórico social não consiste simplesmente em explicar o mundo que é; consiste também numa busca do mundo que pode ser... Consiste em construir ou sacudir mundos que são... (citado por Merton, em *Footnotes*, 1981). A teoria se vincula, então, à prática e esta à política; e toda política "no final das contas é matança" (1976,

³ Robert K. Merton in *ASA Footnotes*, March, 1981.

Muitas das informações biográficas apresentadas neste artigo provém deste *Obituário* escrito por Robert. K. Merton e Charles Lemart.

p. XV). A teoria ou é legitimação ou é transformação da ordem. Se não há revolução sem teoria, como queria Marx, sem ela também não há dominação nem ordem estabelecida.

Além e pela mediação das teorias sociais, Gouldner persegue a desmitificação crítica dos sistemas sociais, das instituições e dos próprios indivíduos — especialmente dos próprios teóricos sociais. Nisto consiste a missão da história da teoria social. “Minha posição é que cada sociedade é uma realidade social constituída em parte por uma teoria social do cotidiano e que, em conseqüência, a crítica da sociedade e da teoria são inseparáveis” (1973, p. 84).

“A tarefa do historiador da teoria social consiste em revelar os diferentes níveis sobre os quais a teoria repousa; consiste em mostrar que ela não é somente uma resposta a problemas técnicos, mas também a problemas culturais mais amplos; consiste em avaliar a teoria comparando-a com alternativas reconhecidas e conhecidas como historicamente possíveis; consiste em explorar em que extensão os sucessos e as limitações de uma teoria não estão vinculados somente à individualidade do teórico mas sim à cultura; e, desvendando isto para o passado, levantar a questão para o presente. A tarefa do historiador da teoria social não é, como é costumeiramente vista, celebrar ou sepultar — nem simplesmente compreender — o passado; sua tarefa é questionar o presente”. (1965, p. 167).

A tarefa do historiador da teoria social é parte constitutiva da missão do teórico social: “A missão histórica do teórico social é de ajudar a humanidade a tomar posse da sociedade. A tarefa do historiador da teoria é de nos ajudar a tomar posse de nossa própria herança intelectual, passada e presente, apreciada de forma ativa — o que significa, de forma crítica — em termos de nossos interesses vitais”. (1965, p. 170)

Mas a história da teoria social falhou. No juízo de Gouldner, “dificilmente existe uma história da teoria social séria” (1965, p. 165). Os trabalhos são comumente deficientes das virtudes históricas e sociológicas, geralmente faltando o domínio próprio que o historiador possui do detalhe documentado e da imaginação analítica do sociólogo. “Mais ainda, a teoria social é raramente vista hoje, historicamente, como carne e tecido de seu lugar e tempo”. Mas talvez a história da teoria social tenha falhado “porque a essência de seu empreendimento é oposta à ciência — e a teoria social hoje é um braço da ciência social” (1965, p. 167).

Eis a convicção central de Alvin W. Gouldner — o credo constituinte de sua sociologia. A teoria social não é uma ciência

cia; ela é, na própria natureza de seu projeto fundante, uma crítica. Mas o que é uma ciência e o que é uma crítica?

A Teoria Social como Crítica

O paradigma da ciência se baseia filosoficamente — i.e. ao nível de seus pressupostos geralmente silenciados — numa postura *objetivista* que não compreende o papel da presença pessoal do teórico e que, conseqüentemente, leva a negar a realidade e as conseqüências da presença e da convicção pessoais. “O objetivismo, portanto, não pode compreender a presença pessoal como uma realidade escondida e conseqüencial em todos os esforços para conhecer os mundos sociais. O objetivismo é, então, a anti-tese da reflexibilidade”. (1973, p. 87).

O objetivo da ciência é a descoberta de leis independentes da vontade humana que a determinam. A ciência, proporcionando leis que presumivelmente determinam a vontade e a ação humanas, permite àqueles possuidores de um conhecimento técnico destas leis aplicá-los de maneira técnica e formular o problema da mudança social como um problema técnico.

A crítica como paradigma é de natureza diferente. Ela “visa estabelecer a maneira como a história humana resulta de uma potência recôndita dos homens tornando-se cada vez mais plenamente manifesta de maneira que eles possam fazer sua história conscientemente e não cegamente. A crítica visa transformar o processo político aprofundando a consciência das massas e libertando-as de sua falsa consciência” (1973, p. 429).

A ciência visa ao conhecimento (objetivo), a crítica visa à consciência. São dois paradigmas inconfundíveis. A crítica se recusa a aceitar uma redução da complexidade intelectual da teoria social e da realidade social. Ela recusa reduzir a atividade técnica a uma tecnicidade. Ela vê a si própria como mergulhando suas raízes em valores, imagens e desejos a respeito do social. Ela aceita que a teoria é também obra do teórico e de seu grupo social e que é constituída a partir e sobre pressupostos e postulados a respeito do cosmos, do homem, da sociedade e da história. Neste sentido, toda atividade teórica assim como todo teórico idealizam a realidade social. A crítica visa a uma tomada de consciência desta idealização situada e contraditória. “A tarefa, muito exigente, do crítico, então, consiste em vincular as idéias e o homem; e em seguida, tornando o empreendimento ainda mais difícil, vincular ambos a seu tempo único e histórico, atravessando a frágil atmosfera onde biografia e história se cruzam” (1965, p. 169).

Entendidas, como crítica reflexiva, a história da teoria social e a sociologia são "uma maneira de reconstituir o modo como pensamos e aprendemos sobre a sociedade e uma maneira de transformar as *peçoas* que fazem o pensamento e o aprendizado. Em outras palavras: esse projeto de uma reconstrução da sociologia, a mudança da sociologia, da teoria social e dos teóricos sociais, não é alguma coisa de um valor meramente instrumental. Não é alguma coisa que buscamos somente como um meio de criar outras coisa no futuro. A reconstrução da sociologia é parte da reconstrução da sociedade que se inicia imediatamente, aqui e agora. Não podemos ter uma nova sociedade, uma sociedade reconstruída de maneira mais ampla sem a renovação de nossas maneiras estabelecidas de pensar, de nossas teorias sobre a sociedade" (1973, p. 125).

A crítica, em suma, transcende o objetivismo social das "condições objetivas" e das leis inevitáveis. Transcende a neutralidade objetiva que não é senão uma alienação do ego e da sociedade. "A objetividade, diz Gouldner, é a ideologia daqueles que são alienados e politicamente sem lar" (1971, p. 103) "Se a objetividade é possível, ela se reduz no final das contas à questão de saber se alguma visão da unidade humana é tida como realizável e desejável. A questão se reduz, como uma vez disse C. Wright Mills, àquela de saber se ainda existe alguma visão de um "público" mais amplo cujos interesses e necessidades transcendem aqueles de seus componentes e de suas facções em luta.

Um sentido possível da objetividade nas ciências sociais é a contribuição que pode ser dada à unidade humana da humanidade. Mas para dar tal contribuição as ciências sociais não podem e não devem ser imparciais diante do sofrimento humano; não devem fazer a paz com qualquer forma de unidade humana que se acomoda complacentemente ou impõe sofrimento... Os sociólogos devem dar sua mais fundamental adesão a valores, não a facções". (1973, p. 68).

O Exercício da Teoria como Crítica

Mas como realizar uma crítica das teorias sociais? Antes de responder à pergunta, convém resumir a compreensão que Gouldner tem da teoria social.

Em primeiro lugar, Gouldner acredita que não existe uma teoria social que independa dos valores do teórico. Sociólogos e outros cientistas sociais utilizam e são influenciados por ima-

gens, postulados e pressupostos que afetam sua vida e têm conseqüências significativas para sua teoria. "Como no mundo da física onde não há qualidade sem quantidade, assim no mundo social, não há realidade sem valor, a realidade e o ideal são dimensões diferentes; mais são simultânea e inseparavelmente mesclados nas categorias lingüísticas que constituem domínios sociais". (1970, p. 33). A conseqüência é que para compreender uma teoria social faz-se mister compreender as imagens, os postulados e os pressupostos sobre o homem e a sociedade com os quais o teórico trabalha. A aceitação ou a rejeição de uma teoria bem como as mudanças nela introduzidas não são simplesmente decisões cerebrais: são, em parte, contingentes às gratificações ou tensões que a teoria gera e aos sentimentos daqueles envolvidos na teoria.

Em segundo lugar, toda teoria social é (pelo menos) uma tácita teoria política e uma teoria pessoal, expressando inevitavelmente a experiência individual de seu autor. "Cada teoria social possui uma relevância política e pessoal que, de acordo com os ditames técnicos de teoria social, não se supõe exista" (1970, p. 41). Não existe, portanto, uma teoria "autônoma".

Em terceiro lugar, toda teoria é não somente influenciada mas realmente produzida por um grupo. O nome do autor representa o nome de uma equipe intelectual.

Quarto, enraizada numa realidade pessoal, expressando certos sentimentos e não outros e imbuída de certos pressupostos, toda teoria facilita a perseguição de algum fim mas não de todos os cursos de ação, e desta forma nos encoraja a mudar ou aceitar o mundo como ele é. . . Num certo sentido, toda teoria é um discreto obituario ou celebração de um certo sistema social" (1970, p. 49).

Quinto, não somente o conteúdo da teoria social mas também sua metodologia são imbuídos de pressuposições sobre o homem e a sociedade.

A conseqüência desta compreensão é uma recusa de padrões autônomos de avaliação das teorias e uma rejeição da redução das teorias a uma simples questão de veracidade ou falsidade.

Gouldner afasta-se, portanto, da abordagem tradicional sobre a teoria social que enfatiza o casamento entre teoria e pesquisa empírica. Na sua opinião, a manifestação do potencial de libertação tanto da Sociologia Acadêmica com do Marxismo Histórico não pode ser alcançada somente pela pesquisa. Exige também ação e crítica, esforços para transformar a realidade social e a ciência social, já que ambas são inter-relacionadas.

Afinal, "a ciência social é uma parte da realidade social como também uma *concepção* desta mesma realidade" (1970, p. 13).

Para Gouldner, então, se a teoria é significativa para a prática social, a prática social não é menos significativa para a teoria. A teoria social é um discurso racional a respeito da realidade social. Mas um discurso que, de uma maneira deliberada, busca o progresso de certos interesses. Um discurso que conhece estes interesses e proporciona uma linguagem "extraordinária" para um discurso racional sobre estes interesses. A teoria social proporciona uma linguagem "*extraordinária*" pela qual os homens podem se tornar conscientes dos usos *ideológicos* das linguagens ordinárias e dos interesses que estas linguagens obscurecem e camuflam. "A teoria, portanto, sempre possui dois lados: um lado que estabelece e afirma; um outro que desmascara e polemiza" (1973, p. 116).

Como, então, situar-se diante das teorias sociais para realizar uma crítica? Gouldner explicitou sua própria atitude diante das teorias por ocasião de sua crítica do marxismo (1980, p. 8-16).

1 — Procurar a racionalidade de uma teoria sem canonizá-la. Buscar as realizações bem como os limites, os erros e as partes irracionais da teoria;

2 — Entrar em diálogo com a teoria que deve sempre ser interpretada e nunca simplesmente recitada. A este respeito Gouldner observa que a interpretação que um autor dá de sua própria teoria não pode ser considerada superior às interpretações dadas por outros;

3 — Considerar a teoria estudada como um produto social e histórico e não como uma ciência definitiva;

4 — Ver a teoria como um produto de necessidades e perguntar: necessidades de quem? Esse ponto enfatiza o questionamento da origem social — de classe — da teoria.

5 — Rejeitar a idéia de que a teoria e o teórico estão relacionados ao contexto social somente de uma maneira harmônica ou dependente, o que significa introduzir a possibilidade e a probabilidade da teoria entrar em conflito com a tradição e o meio intelectual e social predominantes;

6 — Considerar não somente o contexto da teoria — origens históricas e técnicas — mas, também, considerar suas contradições internas.

A idéia de uma crítica provém originariamente de Kant e da sua crítica à razão pura e prática. Marx retomou a idéia e

a reformulou. A Sociologia Reflexiva de Gouldner certamente deve mais a Marx do que a Kant e grande parte de sua obra — talvez a parte mais significativa — pode ser vista como uma série de estudos de caso de teorias sociais e teóricos sociais: Sócrates e Platão, Parsons e a sociologia americana dos anos 60, Marx e o marxismo... etc. Nestes trabalhos de crítica, Gouldner, por confronto, criticou a si próprio e formulou sua sociologia reflexiva.

A CRÍTICA DA SOCIOLOGIA ACADÊMICA

A contribuição de Gouldner para uma história da teoria social ou, como ele mesmo gosta de referir, para uma “sociologia da sociologia historicamente informada” (1970, p. VII) começa em 1965 com a publicação de *Enter Plato, Classical Greece and the Origins of Social Theory*. A intenção é facilmente perceptível. Gouldner pretende mostrar as origens sociais da teoria social ocidental e tudo se passa como se antes de debruçar-se sobre as teorias modernas e contemporâneas ele sentisse necessidade de ir às origens da civilização ocidental. Mas talvez haja mais. Em 1965, Gouldner já possui a concepção de que uma sociologia da sociologia deve ser “crítico” em vez de “acumulação” e “continuidade”; ele já sabe que o sociólogo-historiador deve vincular as idéias ao homem e à biografia, ao tempo histórico e único. Gouldner já possui os elementos de sua “sociologia reflexiva”. Ele já é um dissidente dentro da Academia Americana embora dedique o livro a Robert. K. Merton e sua análise da sociedade grega mova-se dentro do paradigma da sociologia do mestre.

Gouldner revela seu objetivo: “Esta exploração de Platão, então, é realmente o primeiro de uma série de estudos de caso historicamente ancorados que espero realizar como forma de auto-educação para adquirir uma melhor compreensão da função social do teórico social na sociedade ocidental” (1965, p. 172). Desde já Gouldner não se interessa antes de tudo pela relação convencional teoria social-pesquisa, mas enfatiza a relação teoria social-teórico.

Por falta de espaço, mencionemos apenas duas convicções que Gouldner retirará de seu convívio com Platão. A primeira é a idéia de que a teoria social pode ser uma alternativa à política. Com Platão, a teoria social sistemática ocidental emerge em consequência de uma desilusão com a política e como seu substituto racional. Não é contemplação pura nem meio de

evitar a política; é, sim, tentativa de aprofundá-la. Assim farão, conclui Gouldner, Hobbes, Saint-Simon, Marx, Weber, Parsons e todos os teóricos sociais. É da essência da teoria social ocidental guardar uma relação com a política, com a práxis política.

A segunda idéia é a grande lição de Sócrates sobre o caráter terapêutico do conhecimento social. O conhecimento social, quando se torna consciência, é libertador. O conhecimento e, particularmente, o conhecimento a respeito dos homens, capacita a ter uma vida melhor aqui e agora. A teoria social, então, na sua essência guarda uma relação com o teórico e o estudante da teoria. Mas existe entre Sócrates e Platão — isto é, na própria origem do pensamento social do ocidente — uma tensão entre o conhecimento como dialética libertadora e o conhecimento de leis que constroem o homem. É a tensão até hoje não resolvida a nível teórico entre uma visão crítica e uma visão objetivista do conhecimento, entre o conhecimento como consciência e o conhecimento como informação, entre o conhecimento visto como uma crítica ou visto como ciência. Gouldner acredita que o dilema é resolvido pelo teórico e a nível da biografia e da história e, portanto, que não se reduz a uma simples questão de verdade ou falsidade. Ele, por sua vez, enfatiza a Dialética Libertadora.

Estas idéias ocupam um lugar central em *The Coming Crisis of Western Sociology*, obra que projetou definitivamente Gouldner embora ele tivesse escrito anteriormente artigos importantes e influentes como "Anti-minotaur: the Myth of Value-free Sociology" (1961), "Reciprocity and Autonomy in functional theory" (1959) e "The Norm of Reciprocity". O livro amplia de maneira audaciosa e ambiciosa os temas destes artigos, principalmente a crítica à noção de sistema, a incapacidade intrínseca da análise funcional de lidar com os problemas de poder, troca desigual e exploração e a crítica a uma sociologia pretensamente objetiva, isenta de valores.

The Coming Crisis é um livro ambicioso por vários motivos. Seu objetivo confessado é "contribuir para uma teoria geral a respeito dos teóricos sociais, o que pode iluminar como as teorias enquanto produtos e elaborações são geradas e recebidas" (1970, p. 453). Esse objetivo vai permitir a Gouldner pôr em relevo as contradições e a infra-estrutura geralmente mantidas cuidadosamente oculta do ato de produzir teorias e de recebê-las e tentar uma exaustiva crítica da sociologia em favor da sociologia. A primeira parte do livro estabelece os princípios de uma crítica da sociologia que possa ultrapassar o

positivismo e levar a um trabalho sociológico que ensine a viver e a uma práxis total.

A sociologia a ser criticada é toda a sociologia moderna e contemporânea — que Gouldner divide em Sociologia Acadêmica e Sociologia Marxista — que guarda as marcas de suas origens: a cultura utilitária da classe média moderna. Para Gouldner, com efeito, o utilitarismo não foi somente uma teoria de acadêmicos e filósofos; ele foi, também, um componente central da cultura cotidiana da sociedade moderna de classe média. O problema não é, portanto, a crítica da teoria utilitarista mas a urgência de uma crítica da difusa cultura utilitária que foi a matriz da sociologia. Em muitos sentidos, a sociologia ocidental foi e continua a ser uma resposta à cultura utilitarista o que, pelo menos, a predispõe ao funcionalismo e ao positivismo.

Não houve, de fato, uma só resposta sociológica à cultura utilitária. Foram várias as respostas. Elaborando um modelo histórico do desenvolvimento estrutural da Teoria Sociológica, Gouldner distingue 4 períodos: a sociologia positiva (iniciando no primeiro quartel do século 19 na França com Henri de Saint-Simon e Auguste Comte); o marxismo; a sociologia clássica (final do século 19 até a primeira guerra mundial, com, entre outros, Max Weber, Emile Durkheim, Vilfredo Pareto); o estrutural-funcionalismo de Parsons (que se cristaliza nos anos 30 deste século e abrange sociólogos tais como: Robert K. Merton, Kingsley Davis, Wilbert Moore, Robin Williams...). A tese de Gouldner expressa no título da obra *The Coming Crisis* é que, nos anos 60, a teoria sociológica entra em crise tanto na sua vertente marxista como na sua vertente acadêmica. Constata-se um crescente policentrismo, uma contínua fragmentação em cada vertente e o estrutural-funcionalismo de Parsons, dominante na Academia desde os anos 30, caminha rapidamente para a entropia. Para explicá-la, Gouldner relaciona a crise da sociologia Acadêmica às pressões do Estado de Bem-Estar e a crise no marxismo ao estado da União Soviética. A *Sociologia Reflexiva*, discutida na parte final, é apresentada como caminho para superar a crise pois “não busca a insulação mas a transformação do “eu” do sociólogo e de sua práxis no mundo” (1970, p. 495). Eis a sua missão histórica.

Ao longo da obra, Gouldner argumenta que existe na sociologia moderna uma convergência crescente entre o funcionalismo e o marxismo; mas, apesar disto, o trabalho trata em primeiro lugar e de maneira extensiva do mundo e da teoria de Talcott Parsons. Gouldner não foi o primeiro a ensaiar uma crí-

tica devastadora de Parsons. Antes dele Mills o tinha feito no seu livro *A Imaginação Sociológica* e, nos anos 60, muitos o acompanharam. Nestes anos muitos acontecimentos feriram a própria sociedade americana: o novo estilo e o assassinato de John Kennedy, a revolução cubana, a campanha dos direitos humanos dos negros, a guerra do Vietnã e a revolta estudantil nos campi, a contra-cultura e a "Nova Esquerda". A sociologia havia de mudar. A obra de Gouldner esforça-se por recuperar todos estes movimentos para acenar o golpe de misericórdia ao estrutural-funcionalismo no plano teórico. O sucesso da obra talvez demonstre que, neste tocante, teve êxito.

Um resumo rápido da interpretação crítica e avaliativa que Gouldner faz de Talcott Parsons e do funcionalismo pode ser tentado aqui embora não sem perder muito de sua riqueza. Gouldner afirma que, para Parsons, o mundo é uno, seguro e bom na sua unidade. É o princípio primeiro e inabalável da convicção metafísica de Parsons. Este princípio o conduz a interessar-se pela totalidade que tem prioridade sobre suas partes e a apresentar uma visão sistêmica da sociedade, baseada na interdependência das partes e na sua capacidade de auto-manutenção e auto-regulação. A insistência de Parsons na totalidade o impede de perceber a autonomia funcional de cada parte, levando-o a conceber a interdependência como complementaridade e não como reciprocidade. A confusão entre complementaridade (interdependência entre desiguais) e reciprocidade (interdependência entre iguais) leva Parsons a ignorar ou evitar toda forma de poder, violência ou exploração que não seja o poder institucionalizado ou legitimado. Onde existe complementaridade não pode existir estabilidade, diz Gouldner; somente relações recíprocas podem (poderiam) gerar estabilidade dentro de um sistema social. Desconhecendo esta diferença a preocupação central de Parsons reside nos padrões de ação e interação que são culturalmente prescritos e institucionalizados, isto é, sobre os padrões sociais manifestos e legitimados.

"O mundo social de Parsons é, acima de tudo, um mundo moral e a realidade social é uma realidade moral. Não é o que realmente fazem os homens que é o mais importante. . . : a questão central são os valores que eles compartilham. Como resultado, existe uma consistente pressão na obra de Parsons para ignorar as regularidades sociais que não são geradas por códigos morais isto é, negligenciar ou considerar como marginal coisas como tecnologia, poder bruto, manipulação, imperialismo ou competição por bens escassos" (1971, p. 55). A razão disto tudo é

que o mundo de Parsons é um mundo no qual quase tudo, inclusive o poder, é basicamente bom.

O caráter moralista da obra de Parsons está vinculado a outras características de seu funcionalismo: sua ênfase dada à religião como fonte central do progresso social e da solidariedade; sua relutância em abordar as questões de poder e força; sua fascinação, ou até obsessão, pelo problema da ordem social. A este respeito, Gouldner observa que “a busca da estabilidade é compatível com uma ênfase nos valores morais somente de uma maneira contingente. Aqueles que demandam mudança social, por exemplo, costumam fazê-lo em nome de elevados valores morais tais como liberdade, igualdade e justiça. Aqueles que rejeitam estas demandas muitas vezes o fazem em nome de um valor ostensivamente mais elevado, a ordem social... a “New order” (1971, p. 56). A adesão de Parsons não é então simplesmente à moralidade mas sim a um sistema moral que justifica a ordem. Ele exalta certos valores morais. Nisto ele é conservador não somente metafísica mas também politicamente. Gouldner argumenta que o funcionalismo não faz de seu conservadorismo uma militância: ele se acomoda e aceita a ordem na qual se encontra. “Dizendo que a ideologia do Funcionalismo é conservadora, eu quero sugerir, em primeiro lugar, que sua postura fundamental para com a sociedade circundante provoca uma aceitação de suas principais instituições mas não que é necessariamente pró-capitalista e anti-socialista. O funcionalismo, comprometido como é ao valor da ordem, não pode fazer outra coisa senão aceitar a ordem na qual se encontra” (1970, p. 335).

Este argumento leva Gouldner a detectar uma mutação no funcionalismo de Parsons e no funcionalismo em geral. Afastando-se de sua tradição (os positivistas, Durkheim) que dava pouca atenção ao papel do Estado, o funcionalismo de Parsons se acomoda ao Estado de Bem-Estar após a segunda guerra mundial e dele se aproxima. A justificativa seria a seguinte:

“Como a Sociologia Funcional se concebe a si própria como a ciência de relações puramente ‘sociais’, e que tem como premissas que a ordem social pode ser mantida independentemente do nível e da distribuição das gratificações econômicas, e, portanto, trata os arranjos econômicos como ‘dados’, ela é um tanto afastada das estratégias de redistribuição de renda do Estado de Bem-Estar. Mas seu utilitarismo social pode induzir o Funcionalismo aceitar vários tipos de arranjos sociais, inclusive o Estado de Bem-Estar, que promete controlar ou remediar

o impacto socialmente desagregador da competição individualista de mercado" (1970, p. 343).

O mesmo argumento — o funcionalismo aceita a ordem social na qual se encontra — induz Gouldner a mostrar que o funcionalismo caminha para o leste e invade a sociologia da União Soviética e nos países socialistas. Ele representa o tipo de sociologia que um sistema social precisa como legitimação. Mas, nestes países, o funcionalismo pode ser uma teoria liberal já que enfatiza os mecanismos de automanutenção do controle social em vez de regulamentação e do controle do Estado. A idéia de Gouldner não é que o funcionalismo como teoria social seja necessária e intrinsecamente vinculado à defesa do capitalismo. Sua concepção é que o funcionalismo é intrinsecamente conservador pois legitima e se acomoda à ordem estabelecida, esquivando-se ao confronto do poder e da mudança social.

CRÍTICA DO MARXISMO

Concluindo o livro *The Coming Crisis*, Gouldner não tinha terminado sua tarefa de analisar a crise na teoria sociológica contemporânea. O livro tinha realizado uma crítica do estrutural-funcionalismo de Parsons e da sociologia recente americana das suas relações com o positivismo sociológico e a sociologia clássica. Não tinha enfrentado corpo a corpo a teoria de Marx e dos marxistas. Restava-lhe cumprir esta promessa conjuntamente com aquela de contribuir ao estudo das origens da teoria social ocidental iniciada em seu *Enter Plato*.

De 1972 até sua morte em 1980, Gouldner se dedica basicamente a esta tarefa que delineia de maneira ambiciosa: escrever um estudo sobre a evolução do marxismo, evolução gerada por suas próprias contradições e anomalias emergentes, na maior parte durante a vida de Marx e Engels; um outro volume sobre a obra de pós-marxistas tais como Lenin, Stalin, Trotsky, Lukács, Gramsci, Althusser, e outros; um terceiro estudo sobre as origens do marxismo, inclusive suas origens técnicas em outras teorias sociais, juntamente com uma análise do problema da criatividade teórica, bem como as origens sociais e históricas do marxismo, sua base de classe; e, finalmente, um volume sobre o problema da racionalidade e dos limites do marxismo em termos de sua posição na evolução histórica dos modos de discurso (1980, Prefácio). Embora interrompido por sua morte, o simples enunciado do projeto de Gouldner é significativo de sua maneira de ver o marxismo, maneira de ver coe

rente com a sociologia reflexiva que ele vai precisar durante a mesma década.

De 1972 a 1976, Gouldner é professor de sociologia na Universidade de Amsterdam o que, certamente, facilitou e animou seu estudo da crise no marxismo. Os anos 70 na Europa, como se sabe, vêm surgir uma "crítica marxista ao marxismo" e o aparecimento de diferentes marxismos. Em 1971, Gouldner publica o artigo "*Comments on History and Class Consciousness*" de Georg Lukács; em 1972, os artigos "*Politics of the Mind*" e "*Sociology and Marxism*" uma resposta a uma crítica da esquerda de *The Coming Crisis*, em 1972, "The Two Marxisms" o desenvolvimento de algumas implicações de artigos sobre Mao e Lukács (O artigo "Mao e o Maoísmo" tinha sido redigido em 1966, "*The Red Guard*". Em 1974, Gouldner cria sua segunda revista *Theory and Society* (em 1968, ele havia criado e editado a revista *Trans-Action*). Em 1976, Gouldner retorna a sua cátedra na Universidade de Washington.

Mas o produto intelectual mais expressivo de Gouldner durante a década 70-80 é, sem dúvida nenhuma, sua trilogia: *The Dark Side of the Dialectic: The Dialectic of Ideology and Technology* (1976); *The Future of Intellectuals and the Rise of the New Class* (1979); *The Two Marxisms: Contradictions and Anomalies in the Development of Theory* (1980). Um livro póstumo, *Against Fragmentation. The origins of Marxism and the Sociology of Intellectuals*, foi publicado em 1985.

A crítica do marxismo de Gouldner se baseia em parte no crescente reconhecimento, entre os marxistas, da crise contemporânea do marxismo. Mas a principal explicação oferecida por Gouldner sobre esta crise difere de outras dadas. A crise não pode ser explicada somente pelas origens do marxismo centralizadas na Europa, nem pelo fato do marxismo ter se baseado em estudos intensivos de um caso singular, o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra. Se estas limitações imputadas ao marxismo são corretas, os problemas do marxismo são mais profundos. "A crise contemporânea do marxismo deriva também do aguçamento de uma contradição que lhe é sempre inerente" (1980, p. 28). Gouldner entende que "o marxismo não foi produzido somente em reação à sociedade burguesa e a suas elites mas por estas elites" (1980, p. 25). Isso significa que o marxismo como a sociologia acadêmica é fruto da sociedade burguesa nascente, do clima intelectual da época — inclusive o ambiente e a sociologia positivas da cultura difusa utilitarista e, sobretudo, de suas contradições econômicas, movimentos sociais e políticos. Por mais que a obra de Marx e

Engels seja uma crítica a seu tempo, ela não é menos um produto de seu tempo.

Gouldner faz questão de abordar o marxismo do ponto de vista do método marxista exatamente como ele abordou o parsonianismo para mostrar suas contradições e sua infra-estrutura. Seu projeto consiste em realizar uma “crítica do próprio marxismo” o que quer dizer: ver o marxismo como um produto social e histórico e como possuindo suas próprias contradições, afastando-se da visão tradicional (não-marxista) de analisar as teorias dentro de sua tradição técnica ou como o resultado de um conjunto de teorias, filosofias ou mesmo ideologias (ver 1972, p. 425).

Quais são as contradições internas da obra de Marx e do marxismo? Uma primeira contradição se situa no plano teórico cultural: sua ambivalência em relação à ciência, à teoria e aos teóricos. Marx, aqui, pretende elaborar uma ciência no sentido positivo do termo; ali, uma crítica. Essa ambivalência fragmentou o marxismo em “dois marxismos”: os marxistas críticos concebem o marxismo como crítica e não como ciência; os marxistas científicos, como ciência. Cada um destes marxismos toma posições diferentes sobre diversas questões fundamentais, inclusive a própria obra de Marx e Engels. A ambivalência atinge o sociologismo ou economicismo de Marx e do marxismo — as estruturas da sociedade e suas contradições determinam os resultados sociais — ou seu voluntarismo — os homens fazem sua história. Os “dois marxismos” podem conservar a convicção da revolução, mas cada qual vê o futuro da revolução de maneira diferente. Há divergências sobre o partido, a condução da política e da revolução, a classe revolucionária, o papel dos intelectuais... etc. Existe o marxismo-leninismo, o estalinismo, o maoísmo, o trotskismo... etc.

Se existe “Marx como Darwin e Marx como Hegel”, existem, também, anomalias em Marx — sem falar da vulgarização da teoria marxista entre os marxistas para atender a objetivos políticos internos e externos. Gouldner define anomalias como observações ou pressupostos que apresentam discrepância em relação a expectativas derivadas de convicções teóricas anteriores, e distingue dois tipos diferentes: anomalias geradas por pesquisa e outras geradas por eventos históricos. No primeiro caso, se encontram as observações de Marx sobre o papel do Estado feitas no estudo *18 Brumário de Louis Bonaparte*, e, alguns anos depois, sua observação do modo de produção Asiático ou Despotismo Oriental. As anomalias históricas mais importantes são: o fato do capitalismo não se autodestruir após

a longa depressão do último (quartel) do século 19; o sucesso da revolução onde era menos esperada (na Rússia) e não onde era mais esperada (na Europa Central e Ocidental mais avançada industrialmente). Segundo Gouldner, a primeira anomalia contribuiu para o revisionamento de Bernstein e a segunda acelerou o declínio do Marxismo "científico" e o advento do Marxismo crítico.

O argumento de Gouldner consiste em dizer que Marx e Engels elaboraram até 1848 um paradigma fundamental, o materialismo histórico. De 1849 a (possivelmente) 1871, um período de desenvolvimento e crescimento econômico, Marx procura aplicar o novo paradigma em estudo de situações históricas concretas e em estudos jornalísticos e "técnicos". Durante este período, começaram a surgir várias anomalias e Marx expressa idéias e teorias discrepantes em relação a suas primeiras teorias. Assim vão surgir duas outras teorias do Estado (Bonapartismo, Despotismo Oriental); a possibilidade ou probabilidade do socialismo na Rússia o que enfraquece sua concepção inicial de uma evolução social segundo um modelo linear; a possibilidade de um caminho parlamentar para o socialismo... etc. Com a pesquisa e o desenrolar da história da Europa, Marx se vê obrigado a modificar seu pensamento e o marxismo como movimento político revolucionário evolui e se diversifica. O período que vai de 1872 a 1883 (ano da morte de Marx) e 1895 (ano da morte de Engels) se caracteriza por um esforço de ambos para frear as vulgarizações do Marxismo e lidar com as anomalias existentes dentro do materialismo histórico. Coloca-se a questão de manter a identidade e os limites do marxismo.

Não é possível reproduzir aqui a interpretação completa que Gouldner faz da obra de Marx e Engels e do marxismo. As poucas observações anteriores devem ser suficientes, todavia, para mostrar a direção de sua crítica ao marxismo. Esta crítica se situa dentro da compreensão que Gouldner possuía da teoria social: ela não é uma ciência, mas uma crítica reflexiva atenta à infra-estrutura e às contradições de produção teórica. Por mais poderosa e atuante que seja, a teoria marxista não escapa à natureza sociológica da produção social.

Gouldner, A Sociologia Reflexiva e a Nova Classe Média

Os trabalhos de Gouldner, como não poderia deixar de ser, suscitaram reações de toda espécie. Em vários artigos citados anteriormente, ele procurou explicar-se. Existe, todavia, um questionamento que não pode deixar de ser feito: qual a alternati-

va que o autor oferece às teorias criticadas ou, em outras palavras, qual a alternativa teórica que ele adota?

Em vários momentos de sua obra Gouldner tentou responder a este questionamento. Em 1976, pressionado para definir sua relação ao marxismo, Gouldner escreve:

“Quanto a mim, estou perfeitamente consciente de que se em alguma medida sou marxista, não pertencço a nenhuma *comunidade* marxista, e, certamente, a nenhuma ortodoxia marxista. Se eu tivesse que me definir, eu teria de me classificar como: Marxista-fora-da-lei” (1976, p. XII).

Gouldner define-se como dissidente por acreditar que a crítica da sociedade e a crítica da teoria social são inseparáveis. Isto significa que toda teoria participa do processo de mistificação dos homens e, portanto, deve ser criticada e ultrapassada. Também ele pensa que seu interesse pela desmistificação do marxismo se baseia e se justifica no “pressuposto que o marxismo hoje — como movimento histórico real — não produziu a libertação humana prometida”. (1976, p. XII).

Gouldner sustenta que:

“um marxista fora-da-lei é um homem da lei. Ele insiste em aplicar uma única lei para todos e acredita que esta consciência é essencial para a justiça que busca” (1976, p. XIV).

Esta lei universal que deve ser universalmente aplicada consiste em submeter tudo à crítica.

Eis a postura fundamental de Gouldner, sua crença ou convicção radical. Mas ele adverte: o compromisso com a crítica é um compromisso com a emancipação da humanidade e um esforço constante de criação, mas não poderá jamais ficar a nível teórico.

“Em uma palavra, meu pressuposto é que a organização, a organização social, proporciona hoje a mediação-chave entre a teoria social e a práxis social” (1973, p. 97).

O sociólogo crítico deve, portanto, trabalhar na criação de comunidades e organizações sociais real e totalmente humanas. O exercício da crítica é também uma práxis social.

Em 1979, Gouldner publicou um livro sobre os intelectuais (*The Future of Intellectuals and the Rise of the New Class*) que talvez permita dar à sua sociologia reflexiva uma interpretação de caráter estrutural. A tese do livro reza que em todos os países que se tornaram parte da emergente ordem sócioeconômica internacional, uma Nova Classe composta por intelectuais e por uma *intelligentsia* técnica entra em contenção com os grupos que já controlam a economia da sociedade, sejam eles os donos do capital, sejam os líderes de partidos políticos. Esta nova luta de classes e este novo sistema de classes tende a se universalizar lentamente nas nações em desenvolvimento, no “segundo mundo” do Pacto de Varsóvia e no “primeiro mundo” de capitalismo avançado, Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. A tese é polêmica. No livro, Gouldner polemiza com a sociologia acadêmica (Bell, Galbraith, Parsons, Habermas, Chomsky... etc) e com o marxismo. Ele acredita que o cenário marxista colocando o proletariado e os donos dos meios de produção como protagonistas centrais foi uma ilusão e é fundamentalmente inadequado. Os camponeses sob a liderança de teóricos e intelectuais fizeram as revoluções no século 20, tanto quanto se não mais do que o proletariado. O marxismo não vê o paradoxo de que a classe dos proprietários influencia o Estado somente pela mediação da Nova Classe que constitui uma classe no sentido forte do termo pois é possuidora de interesses e de uma ideologia comuns. A Nova Classe luta pelo poder e ambos, o Estado de Bem-Estar” e o “socialismo”, são estratégias políticas por ela utilizadas.

“No Estado Socialista, a hegemonia da Nova Classe é mais completa, seu controle sobre a classe operária é maior. No Estado de Bem-Estar, (a) a nova e a velha classe se limitam mutuamente e (b) compartilham o controle sobre a classe trabalhadora, embora (c) a Nova Classe pode, de vez em quando, aliar-se com a classe trabalhadora para fortalecer sua posição contra a classe capitalista” (1979, pp. 17-18).

Os intelectuais e os técnicos são portadores de um novo capital, a cultura, e de uma nova ideologia, a cultura do discurso crítico. Esta classe emergente possui suas formas de luta e suas instituições (a escola, as universidades). Parece, portanto, existir um vínculo entre a sociologia reflexiva de Gouldner e a ideologia da Nova Classe. A sociologia reflexiva constituiria a ponta mais avançada da ideologia da Nova Classe com sua ênfase na emancipação humana e na desmistificação permanente das teorias, dos interesses dos teóricos, das instituições e das organizações sociais. Politicamente, ela luta pelo socialis-

mo, atenta ao fato e crítica do fato do socialismo não significar o alcance da emancipação universal e definitiva mas um momento de um processo permanente. Desta forma, a sorte da sociologia reflexiva de Gouldner e seu êxito emancipatório parecem ligados à sorte e ao êxito político da Nova Classe e ao efetivo papel dos intelectuais e da *intelligentsia* na luta de classes internacional da era moderna. O êxito não será individual, mas coletivo e comunitário.

Bibliografia de Alvin W. Gouldner

Obras Principais

- GOULDNER, Alvin W. *Wildcat Strike, A Study in Worker-Management Relationships*, New York, Harper Torchbooks, 1954.
- *Patterns of Industrial Bureaucracy*. New York, The Free Press, 1955.
 - *Enter Plano*. New York: Basic Books, 1965.
 - *The Coming Crisis of Western Sociology*. New York: Basic Books, 1970.
 - *For Sociology, Renewal and Critique in Sociology Today*. New York: Basic Books, 1973.
 - *The Dialectic of Ideology and Technology. The Origins, Grammar and Future of Ideology*. New York: A continuum Book, 1976.
 - *The Future of Intellectuals and the Rise of the New Class*. New York: A Continuum Book, 1979.
 - *The Two Marxisms: Contradiction and Anomalies in the Development of Theory*. New York, Oxford University Press, 1980.
 - *Against Fragmentation. The Origins of Marxism and the Sociology of Intellectuals*. New York: Oxford University Press, 1985.

Artigos e outras publicações

- "The Attitudes of 'Progressive' Trade Union Leaders". In: *AJS* 1947. 52, pp. 389-392.
- "Discussion of Moore's Industrial Sociology: Status and Prospects", In: *ASR*, 1948, 13, pp. 396-400.
- *Studies in Leadership* (editor), New York: Harper And Bross, 1950.
- "Red Tape as a Social Problem", in R. K. Merton et al (eds), *Reader in Bureaucracy*. Illinois: Free Press, 1952, pp. 410-418.
- "Metaphysical Pathos and the Theory of Bureaucracy" In: *America Political Science Review*, 49, 1955, pp. 496-507.

- "Cosmopolitans and Locals: Toward an Analysis of Latent Social Roles, *Administration Science Quarterly*, 1957-58, 291-306 444-480.
- *Emile Durkheim, Socialism and Saint-Simon* (Le Socialisme), ed. A. W. Gouldner. New York: Collier Books, 1958.
- "Organizational Analysis", in R.K. Merton, L. Broom and L.S. Cottrell (eds), *Sociology Today: Problems and Prospects*. New York: Basic Books, 1959 a, pp. 400-428.
- "Reciprocity and Autonomy in Functional Theory", in Llewellyn Gross (ed), *Symposium on Sociological Theory*. Evanston, Row, Peterson Artigo reproduzido em *For Sociology*, 1959, pp. 190-226.
- "The Norm of Reciprocity: A Preliminary Statement". *ASR*, 25 (April), pp. 161-78. Artigo reproduzido em *For Sociology*, 1960, pp. 226-260.
- "Anti-Minotaur: the Myth of a Value-Free Sociology". in *Social Problems*, Winter. Artigo reproduzido em *For Sociology*. 1962, pp. 3-26.
- *Modern Sociology: an Introduction to the Study of Human Interactions* A. W. Gouldner and Helen P. Gouldner, New York: Hartcourt, Brace and World, 1963.
- "Sociologists look at themselves", A. W. Gouldner and J.T. Sprebe, in: *Trans-action*, 2, 1965. May-June, pp. 42-44.
- "The Sociologist as Partisan: Sociology and the Welfare State". *American Sociologist*, 3 (May), 1968, pp. 103-116. Artigo reproduzido em *For Sociology*, pp. 27-68.
- "Sociology today does not need a Karl Marx or an Isaac Newton; it needs a Lenin", in *Psychology Today*, 5 (September), 1971, pp. 53-57.
- "Marxism and Social Theory", in *Theory and Society*, 1. 1974.
- "Prologue to a Theory of Revolutionary Intellectuals" in: *Telos*, Winter, 1975-76, pp. 3-36.
- "Stalinism: a Study of Internal Colonialism", in: *Telos*, Winter, 1977-78. pp. 5-48.